



Nº 05.2022.175

**TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, COM  
A INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS, E A ORGANIZAÇÃO DA  
SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO EDUCACAO E  
CIDADANIA**

O **MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA**, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.338.178/0001-02, com sede na Avenida Brasil, n.º 2.001, Centro, CEP: 36.060-010, neste ato representado, em virtude de delegação expressa do Prefeito Municipal através do Decreto n.º 12.406, de 30 de julho de 2015 pela **Secretária De Assistência Social, Sr.ª Maria Lúcia Salim Miranda Machado**, brasileira, casada, servidora pública, inscrita no CPF sob o n.º 509.017.376-15, portadora do RG M-1.689.085 e, de outro lado, a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO EDUCACAO E CIDADANIA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.423.378/0001-47, com sede na Galeria Ali Halfeld, n.º 58, sala 505, Centro, Juiz de Fora – MG, CEP: 36.010-190, neste ato representada por seu representante legal, **Sr. Paulo Cezar de Oliveira**, inscrito no CPF sob o n.º 455.007.036-68, RG M4786180, Órgão Expedidor SSP/MG, doravante denominada **organização da sociedade civil**, resolvem celebrar o presente **termo de colaboração** por inexigibilidade de chamamento público, conforme justificativa devidamente inclusa no processo administrativo eletrônico n.º 16.160/2022 e mediante publicação de seu extrato, com fulcro no art. 31 da Lei Federal 13.019, de 31 de julho de 2014, regendo-se ainda pelo disposto na Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, no Decreto Federal n.º 8.726/2016 (Regulamento), Lei Estadual n.º 22.587, de 17 de julho de 2017, com base nas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – O presente Termo de Colaboração tem por objeto a prestação do **“PROJETO DE ATENDIMENTO AO MIGRANTE VENEZUELANO”**, conforme Plano de Trabalho anexo, o qual integra o presente instrumento ainda que não seja nele transcrito.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**

2.1 – São obrigações do **MUNICÍPIO**:

2.1.2 – Exercer a função de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria durante todo o prazo de sua execução;

**Secretaria de Assistência Social**

Rua Halfeld, 450, 6º andar – Centro, Juiz de Fora – MG  
CEP: 3606010-000 | Juiz de Fora – MG | Telefone: (32) 3690-7361

2.1.3 – Fornecer os recursos financeiros para execução do objeto deste Termo de Colaboração, repassando-os à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em conformidade com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho, ressalvados os casos previstos na Cláusula Quarta, item 4.8 do presente ajuste;

2.1.4 – Fornecer manuais específicos de prestação de contas à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL por ocasião da celebração da Parceria, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação eventuais alterações no seu conteúdo;

2.1.5 – Emitir Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da Parceria e submetê-lo à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

2.1.6 – Realizar, caso a Parceria tenha vigência superior a 1 (um) ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do Plano de Trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da Parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

2.1.7 – Fiscalizar, através do Gestor designado para acompanhamento e fiscalização do Termo de Colaboração, a execução do objeto desta Parceria, inclusive com visitas *in loco* para verificação do desenvolvimento das ações, seu monitoramento e avaliação;

2.1.7.1 – Na hipótese de o Gestor da Parceria deixar de ser agente público, ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o MUNICÍPIO deverá designar novo Gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades.

2.1.8 – Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

2.1.9 – Manter, em seu sítio oficial na internet, plataforma eletrônica para divulgação da relação das parcerias celebradas, em ordem alfabética, pelo nome da organização da sociedade civil, por prazo não inferior a 5 (cinco) anos, contado da apreciação da prestação de contas final da parceria;

2.1.10 – Divulgar pela internet os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos;

2.1.11 – Prorrogar, de ofício, a Parceria, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso;

2.1.12 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – Retomar os bens públicos em poder da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

2.1.13 – As situações previstas no subitem 2.1.12 devem ser comunicadas pelo Gestor ao Administrador Público.

2.1.14 – Atualizar os valores repassados às Organizações da Sociedade Civil de acordo com índices oficiais, sempre que forem necessários à perfeita execução do objeto da parceria.

2.2 – São obrigações da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

2.2.1 – Promover a execução do objeto, nos precisos termos pactuados e descritos no Plano de Trabalho anexo a este instrumento;



- 2.2.2 – Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
- 2.2.3 – Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica citada neste instrumento;
- 2.2.4 – Manter os recursos aplicados em caderneta de poupança quando os mesmos não forem utilizados em prazo igual ou superior a um mês;
- 2.2.5 – Manter os recursos aplicados em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para um período inferior a um mês.;
- 2.2.6 – Efetuar os pagamentos somente mediante crédito na conta bancária de titularidade de fornecedores e prestadores de serviços, procedendo-se à mencionada movimentação, por intermédio de transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final (DOC, TED, crédito), sejam eles pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, sendo vedado usar cheques para saque ou quaisquer pagamentos.
- 2.2.6.1 – Quando devidamente autorizada pelo MUNICÍPIO, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL poderá pagar despesas em espécie restritas ao limite individual de R\$1.800,00 (um mil e oitocentos reais) por beneficiário, levando-se em conta toda a duração da parceria, ressalvada disposição específica, contida em ato editado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, que venha a definir critérios e limites para a autorização de pagamentos em espécie, desde que demonstrada à Secretaria de Assistência Social impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica;
- 2.2.7 – Fazer a restituição do saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, exceto se autorizado reprogramar;
- 2.2.8 – Permitir livre acesso do Gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação do MUNICÍPIO, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, junto às instalações da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e a quaisquer locais onde as atividades inerentes à parceria sejam desenvolvidas;
- 2.2.9 – Responsabilizar-se exclusivamente:
- I – Pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- II – Pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos;
- III – Pela manutenção de sua plena regularidade documental e fiscal ao longo de toda a parceria, mantendo atualizadas todas as certidões negativas de débito;
- 2.2.10 – Manter em seus arquivos durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas.
- 2.2.11 – Divulgar esta Parceria em seu sítio na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, contendo no mínimo as seguintes informações: data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável, nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, descrição do objeto da parceria, valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso, situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo e quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de



trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

2.2.12 – Garantir a afixação de placas indicativas da participação do MUNICÍPIO – Secretaria de Assistência Social em lugares visíveis nos locais da execução dos projetos;

2.2.13 – Apresentar prestação de contas parcial até o dia 20 (vinte) de cada mês subsequente ao da liberação da respectiva parcela, nos termos do previsto na Cláusula Oitava deste Termo de Colaboração;

2.2.14 – Apresentar, em até 30 (trinta) dias contados do término de vigência do Termo de Colaboração, Prestação de Contas Final, nos termos do previsto na Cláusula Oitava deste Termo de Colaboração;

2.2.15 – Comprovar o exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade, quando a parceria tiver por objeto a execução de obras e/ou reformas de imóvel, cuja titularidade seja atribuída à Organização da Sociedade Civil.

2.2.16 – É vedada às entidades beneficiadas na forma do art. 84-C da Lei 13.019/14 a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONTRAPARTIDA

3.1 – Não será exigida qualquer contrapartida da OSC selecionada.

### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR GLOBAL E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

4.1 – Para execução do objeto descrito na Cláusula Primeira do presente Termo de Colaboração, o MUNICÍPIO e a UNIÃO repassarão à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o montante de **R\$187.090,02** (cento e oitenta e sete mil e noventa reais e dois centavos), conforme cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, constante do Plano de Trabalho, o qual é parte indissociável do termo.

4.2 – Para fazer face às despesas inerentes à execução do objeto, o MUNICÍPIO utilizará recursos financeiros constantes da Dotação Orçamentária n.º 08244002023050000, Elemento de Despesa n.º 3.3.50.39, UG 112100, Fonte de Recurso 0.129.000000.

4.3 – A liberação processar-se-á mediante ordem bancária, sendo os recursos depositados em conta bancária específica, aberta para tal finalidade, obrigatoriamente em Instituição Financeira indicada pelo Município.

4.4 – A liberação de recursos em contas bancárias específicas terá como objetivo viabilizar o monitoramento, bem como a fiscalização de sua utilização para os fins a que se destinam, de forma a evidenciar a respectiva movimentação financeira, cuja demonstração é indispensável no procedimento de prestação de contas da aplicação dos recursos financeiros disponibilizados pela Administração Pública.

4.5 – A pedido da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e a critério do MUNICÍPIO, poderá ser autorizado, por escrito e justificadamente, no caso de atraso na liberação dos recursos conforme previsto no Plano de Trabalho, que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL utilize-se de recursos próprios para cobrir despesas identificadas como objeto do Termo de Colaboração a título de antecipação do repasse.



4.5.1 – Os recursos eventualmente depositados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL serão ressarcidos pelo MUNICÍPIO cabendo àquela promover a retirada do numerário, no seu exato valor, por ocasião da efetivação da transferência do recurso.

4.6 – A inadimplência da administração pública não transfere à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios.

4.7 – A inadimplência da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes.

4.8 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I – Descumprida qualquer cláusula ou condição da parceria;

II – Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração ou de Fomento;

III – Ocorrer atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases de execução do programa, projeto ou atividade;

IV – Não houver comprovação da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, inclusive mediante procedimento de fiscalização pela Administração Pública;

V – Quando a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pelo MUNICÍPIO ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.9 – É vedada a liberação de recursos em parcela única para atividades de ação continuada ou nos instrumentos de parceria em que a aplicação dos recursos seja prevista em prazo superior a um mês.

## CLÁUSULA QUINTA – DAS DESPESAS

5.1 – Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho:

a) Remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da Organização da Sociedade Civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

b) Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

c) Custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros); e

d) Aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

5.2 – Fica vedada a utilização dos recursos vinculados à parceria nos seguintes casos:

I – Remunerar pessoas físicas integrantes da equipe de trabalho da Organização da Sociedade Civil, que tenham sido condenadas por crimes:

a) Contra a Administração Pública ou o patrimônio público;

### Secretaria de Assistência Social

Rua Halfeld, 450, 6º andar – Centro, Juiz de Fora – MG  
CEP: 3606010-000 | Juiz de Fora – MG | Telefone: (32) 3690-7361



- b) Eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
- c) De lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.
- II – Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;
- III – Transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;
- IV – Realizar despesas:
- a) A título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- b) Em finalidade diversa da estabelecida no referido instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- c) Em data anterior ou posterior ao prazo de execução da parceria, salvo, neste último caso, se o fato gerador da despesa ocorrer durante a sua vigência;
- d) Bancárias, exceto aquelas indispensáveis à manutenção da conta aberta especificamente para receber os recursos vinculados à parceria, mais precisamente concernentes às operações realizadas necessariamente para movimentação regular da conta-corrente;
- e) Com publicidade, exceto aquelas de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que, direta ou indiretamente, caracterizem promoção pessoal de autoridade ou de servidor público, caso em que o gasto pretendido ficará condicionado à expressa anuência e autorização da autoridade administrativa competente;
- f) Com pagamento de multas, juros e/ou compensação financeira decorrentes do cumprimento intempestivo de obrigações junto a fornecedores, de encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, dentre outros;
- g) Com obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas.
- 5.3 – Os recursos da parceria geridos pelas Organizações da Sociedade Civil estão obrigatoriamente vinculados ao Plano de Trabalho e não devem ser por elas caracterizados como:
- I – Receita própria; ou
- II – Pagamento da Administração Pública por serviços por elas prestados.
- 5.4 – A inadimplência da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento e não poderá:
- I – Onerar o objeto do termo de colaboração ou fomento; ou
- II – Restringir a sua execução.

## CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA E DAS HIPÓTESES DE ALTERAÇÃO

**6.1 – O presente Termo de Colaboração terá vigência com início em 01/10/2022 e término em 31/03/2023.**

6.2 – A vigência da parceria poderá ser alterada, por aditamento, mediante solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, nos casos seguintes:

- I – Redução do valor global, sem limitação de montante;
- II – Reformulação do Plano de Trabalho, mediante justificativa fundamentada; ou
- III – Alteração da destinação dos bens remanescentes.

6.3 – A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Colaboração deve ser feita pelo MUNICÍPIO quando este der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

### Secretaria de Assistência Social

Rua Halfeld, 450, 6º andar – Centro, Juiz de Fora – MG  
CEP: 3606010-000 | Juiz de Fora – MG | Telefone: (32) 3690-7361

## CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

7.1 – O MUNICÍPIO promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria.

7.2 – As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das Parcerias, e devem ser registradas em plataforma eletrônica.

7.3 – As ações de que trata o *caput* contemplarão a análise das informações acerca do processamento da Parceria constantes da plataforma eletrônica, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da Parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à Parceria.

7.4 – Caberá ao Gestor da Parceria, nos termos do art. 61 da Lei 13.019/14:

7.4.1 – Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

7.4.2 – Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

7.4.3 – Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação devidamente homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada pela Portaria Municipal nº. 4570 – SAS, de 28 de abril de 2021, alterada pela Portaria Municipal nº. 4618 – SAS, de 15 de maio de 2021;

7.4.4 – Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

7.5 – Compete ao Município, através da Secretaria de Assistência Social, fornecer ao gestor da Parceria todos os instrumentos técnicos necessários para a desincumbência de suas responsabilidades.

7.6 – As ações de monitoramento e avaliação poderão utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais da internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação.

7.7 – O MUNICÍPIO deverá, através de seus agentes, realizar visita técnica *in loco* para subsidiar o monitoramento da Parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas.

7.7.1 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá ser notificada da visita técnica *in loco* com antecedência mínima de três dias úteis.

7.8 – A pesquisa de satisfação terá por base critérios objetivos de apuração da satisfação dos beneficiários e de apuração da possibilidade de melhorias das ações desenvolvidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, visando a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados e com a reorientação e o ajuste das metas e das ações definidas.

7.8.1 – A pesquisa de satisfação poderá ser realizada diretamente pelo MUNICÍPIO, com metodologia presencial ou à distância, com apoio de terceiros, por delegação de competência ou por meio de parcerias com órgãos ou entidades aptas a auxiliar na realização da pesquisa.

7.8.2 – Na hipótese de realização da pesquisa de satisfação, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL poderá opinar sobre o conteúdo do questionário que será aplicado.



7.8.3 – Sempre que houver pesquisa de satisfação, a sistematização será circunstanciada em documento que será enviado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências.

7.9 – No caso de Parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos Conselhos Gestores, respeitadas as exigências da Lei Federal 13.019/14.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

8.1 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL está obrigada a apresentar prestação de contas, parcial e final, da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, nos seguintes prazos:

8.2 – Quando se referir à prestação de contas parcial, até o dia 20 (vinte) de cada mês subsequente ao da liberação da respectiva parcela;

8.3 – Quando se referir à prestação de contas final, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do término de vigência do termo de colaboração ou fomento.

8.4 – Quando as datas referenciadas no caput deste artigo caírem em sábados, domingos e feriados/pontos facultativos, a prestação de contas deverá ocorrer no primeiro dia útil imediatamente anterior.

8.5 – Quando a prestação de contas não for encaminhada nos prazos estabelecidos neste artigo, será encaminhada notificação formal à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, com aviso de recebimento para que, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a entidade providencie a sua apresentação ou o recolhimento dos respectivos recursos financeiros ao Erário Municipal, acrescido de atualização monetária.

8.6 – A partir da data do recebimento da prestação de contas, a Administração Pública terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para sobre ela se pronunciar, avaliando como:

8.6.1 – Regular, quando expressar, de forma clara e objetiva, o cumprimento do objeto e das metas da parceria.

8.6.2 – Regular com ressalva quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

8.6.3 – Irregular, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:

- a) Omissão no dever de prestar contas;
- b) Descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no Plano de Trabalho;
- c) Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.6.4 – Será considerado irregular, caracterizando desvio de recursos, e, tornando intempestiva a restituição ao Erário Municipal, o valor correspondente ao pagamento de despesas:

I – Que não tenham sido previstas e autorizadas no Plano de Trabalho;

II – Em relação às quais não tenham sido identificado os beneficiários finais.

8.7 – Ocorrendo qualquer impugnação de documentos ou constatação de irregularidade por ocasião dos procedimentos de monitoramento e avaliação das prestações de contas parciais e finais, deverá a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ser notificada, formalmente, dos desajustes apurados, cujas omissões e impropriedades registradas deverão ser sanadas no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da respectiva notificação.

8.7.1 – Na impossibilidade da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL sanar as omissões ou impropriedades no prazo de que trata o caput deste artigo, poderá ser concedida sua prorrogação uma única vez, por igual período, mediante requerimento devidamente fundamentado.



8.7.2 – Em se tratando de hipótese de prestação de contas parciais, em razão da concessão dos prazos para saneamento das irregularidades, será a mesma aprovada parcialmente, com ressalvas, com o objetivo de não atrasar o repasse da próxima parcela referente à parceria.

8.8 – A decisão sobre a Prestação de Contas Final caberá à autoridade responsável por celebrar a Parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, assim determinado mediante ato administrativo devidamente publicizado e disponibilizado para a Parceria, vedada a subdelegação.

8.9 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL será notificada da decisão de que trata o item 8.6.3 e poderá:

I – Apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de trinta dias, encaminhará o recurso à autoridade hierarquicamente superior, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou

II – Sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável no máximo uma vez, por igual período.

8.10 – Exaurida a fase recursal, o MUNICÍPIO deverá:

I – No caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, publicizar as causas das ressalvas; e

II – No caso de rejeição da prestação de contas, notificar a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para que, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) Devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou

b) Solicite o ressarcimento ao erário por meio de Ações Compensatórias de Interesse Público, mediante a apresentação de novo Plano de Trabalho, nos termos do art. 72 da Lei 13.019/14.

8.11 – Na hipótese do inciso II do item 8.10, o não ressarcimento ao erário ensejará:

I – A instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente;

II – O registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas no Processo Administrativo próprio e publicização dos motivos determinantes da rejeição e

III – A correspondente cobrança judicial quando se fizer necessária;

8.12 – Se, ao término do prazo de 15 (quinze) dias corridos, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL não sanar as omissões ou impropriedades apontadas, a Administração Pública registrará a inadimplência, suspenderá o repasse dos recursos, instaurará a Tomada de Contas Especial, nos termos da Instrução Normativa TCE/MG nº 03, de 27 de fevereiro de 2013 e Instrução Normativa Municipal nº 23, de 19 de julho de 2010, que aprova o Manual de Tomada de Contas Especial.

## CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

9.1 – Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o Plano de Trabalho, com as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, de legislações específicas, a Administração Pública poderá aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária; e

III – declaração de inidoneidade.

9.2 – É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de abertura de vista dos autos processuais.

9.3 – A advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

### Secretaria de Assistência Social

Rua Halfeld, 450, 6º andar – Centro, Juiz de Fora – MG  
CEP: 3606010-000 | Juiz de Fora – MG | Telefone: (32) 3690-7361



9.4 – A suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a Administração Pública.

9.5 – A declaração de inidoneidade impede a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

I – Ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes; e

II – Após decorrido o prazo de 02 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

10.1 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da Parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao MUNICÍPIO no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente.

10.2 – Qualquer das partes poderá rescindir a presente Parceria, a qualquer tempo, limitada a responsabilidade da execução do objeto parcial, desde que haja comunicação prévia com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência, ressalvada a hipótese da cláusula 6.1.

10.3 – Ocorrendo descumprimento de quaisquer das cláusulas previstas neste instrumento, o mesmo poderá ser rescindido de ofício pelo MUNICÍPIO, e interrompidos os repasses para que em até 30 (trinta) dias seja apresentada defesa, e ainda nos casos em a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

I – Deixar de acatar, sem a devida justificativa, as orientações de correção procedimental apresentadas pelo Gestor da Parceria ou por qualquer representante da Comissão de Monitoramento e Avaliação;

II – Incidir em qualquer das vedações previstas no art. 39 da Lei 13.019/14.

10.4 – Assiste ao MUNICÍPIO a prerrogativa de, a qualquer tempo, assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1 – Os casos omissos, assim como as dúvidas na interpretação do presente ajuste serão resolvidos, no que couber, com base na Lei Federal nº. 13.019/2014 e no Decreto Federal nº 8.726/2016 (Regulamento), cujas normas ficam incorporadas ao presente Instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO**

**Secretaria de Assistência Social**

Rua Halfeld, 450, 6º andar – Centro, Juiz de Fora – MG  
CEP: 3606010-000 | Juiz de Fora – MG | Telefone: (32) 3690-7361



12.1 – A publicação resumida deste termo de colaboração ficará a cargo do Município de Juiz de Fora e deverá ser providenciada até o quinto dia útil do mês subsequente ao da data de sua assinatura.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13.1 – As partes elegem o Foro da Comarca de Juiz de Fora/MG, como o único competente para dirimir qualquer ação oriunda do presente Termo de Colaboração.

E, por estarem de comum acordo, as partes firmam o presente Termo de Colaboração, para que se produzam seus efeitos regulares.

Juiz de Fora, \_\_ de setembro de 2022.

**Maria Lúcia Salim Miranda Machado**  
Secretária de Assistência Social

**Paulo Cezar de Oliveira**  
Instituto Educacao e Cidadania

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 47F8-ADC4-1DD5-6D0E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ PAULO CESAR DE OLIVEIRA (CPF 455.XXX.XXX-68) em 30/09/2022 16:06:30 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ MARIA LÚCIA SALIM MIRANDA MACHADO (CPF 509.XXX.XXX-15) em 30/09/2022 17:54:55  
(GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/47F8-ADC4-1DD5-6D0E>



**PLANO DE TRABALHO**

**1. Identificação da Organização da Sociedade Civil**

Entidade/Organização Proponente Instituto Educação e Cidadania - IEC		CNPJ 07.423.378/0001-47		
Endereço da Sede (AV./Rua/Nº) Galeria Ali Halfeld, 58, sala 505				
Bairro: Centro		Município JUIZ DE FORA/MG		Distrito
Cx. Postal	CEP 36010-003	Tel: 3236-8427	Fax	Tel: 99931-1357
E-mail <a href="mailto:cidadaniajf@yahoo.com.br">cidadaniajf@yahoo.com.br</a>		Dados Bancários		
Nome do Responsável Legal- Paulo César de Oliveira				CPF 455.007.036-68
Identidade M4.786.180		Cargo :Presidente		Data do Venc. Mandato 18/12/2024

**2. Caracterização da Proposta**

**2.1 Nome do Serviço e ou/ Programa**

PROJETO DE ATENDIMENTO AO MIGRANTE VENEZUELANO.	Período de Execução	
	Início	Término
	01/10/2022	31/03/2023

**2.2 Objeto**

Tornar público o interesse da Municipalidade em implantar em parceria com Organização da Sociedade Civil (OSC) regularmente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, o **PROJETO DE ATENDIMENTO AO MIGRANTE VENEZUELANO.**

Pretende-se oferecer atendimento no período de 06 meses a famílias e indivíduos venezuelanos oriundos de fluxo migratório, provocado por crise humanitária que buscam refúgio no município de Juiz de Fora e que estão em situação de extrema pobreza.

**OBJETIVO GERAL**

Potencializar esforços no enfrentamento de novas e crescentes demandas sociais, assumindo o compromisso de apoiar famílias e indivíduos venezuelanos residentes na cidade de Juiz de Fora e que se encontram em situação de fragilidade e risco social, no que tange à responsabilidade da Assistência Social enquanto política de proteção social.

**2.3 Justificativa da Proposta**

Para além do acolhimento de famílias migrantes a partir do processo de interiorização através de parcerias de organizações humanitárias e a ACNUR, um novo fluxo de famílias venezuelanas passou a ~~acessar~~ o município a partir de demanda espontânea, fluxo muita das vezes motivado por familiares que já residiam no município, o que colocou para o município a necessidade de um atendimento especializado para esta população cujo status migratório muita das vezes se apresenta enquanto refugiado. Considera-se que o atendimento através de Projeto específico à

Assinado por 4 pessoas: MARIA CLÁUDIA SIQUEIRA DUTRA, MARIA LÚCIA SALIM MIRANDA MACHADO, MEIRJANE TEODORO e PAULO CESAR DE OLIVEIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/1DD4-A212-1581-3419>





População Imigrante Venezuelana, possibilitado através de repasse federal emergencial, coloca à população em questão, com condições de acessar conjunto de direitos sociais que fortalece direito à vida, liberdade, igualdade, segurança, dentre outros.

#### 2.4 Meta Pactuada

Atendimento a 74 pessoas venezuelanas em situação de vulnerabilidade e risco social.

#### 2.5 Atividades Desenvolvidas e Fases de Execução do serviço e ou/programa

**Local de execução:** Rua Vitorino Braga, 126b, Vitorino Braga, Juiz de Fora/MG

**Horário de funcionamento:** O funcionamento do Projeto deve ocorrer 05 dias por semana, de segunda a sexta-feira, no horário de 8h às 18 h.

O atendimento deve estar estruturado em etapas de intervenção garantindo a participação do usuário e a valorização de suas vivências e experiências:

- **Etapa 1:** Busca ativa, acolhida, escuta e cadastro das famílias e indivíduos venezuelanos domiciliados nos territórios através das equipes dos CRAS e CREAS e/ou de pessoas venezuelanas em situação de rua identificadas pelos Serviços de Atendimento à População de Rua;
- **Etapa 2:** Levantamento realizado pelas equipes dos CRAS, CREAS e dos Serviços de atendimento à População em Situação de Rua dos venezuelanos em situação de extrema pobreza e suas demandas;
- **Etapa 3:** Encaminhamento das famílias identificadas pelos CRAS, CREAS ou Serviços de Atendimento à População de Rua para a OSC responsável pela execução do Projeto para atendimento às demandas identificadas;
- **Etapa 4:** Cadastramento e atendimento das famílias no Projeto, para atendimento de demanda(s) identificada(s), a saber: repasse de itens alimentícios, de higiene pessoal e limpeza; acolhimento em hotel, se necessário e ações de inclusão socioproductiva;
- **Etapa 5:** Acompanhamento sociofamiliar: O técnico do Serviço Social do Projeto procederá com o acompanhamento das famílias atendidas, visando oferecer o suporte técnico necessário, através de atendimentos individualizados e/ou visitas domiciliares contando com o apoio do profissional venezuelano facilitador do diálogo, permitindo assim o acompanhamento das demandas atendidas e outras que possam vir a serem identificadas. Este profissional deverá manter articulação frequente com os CRAS de referência e outros serviços quando necessário;

**A OSC deverá se comprometer em oferecer suporte às famílias atendendo às**



**seguintes demandas:**

- Alimentação;
- Higiene pessoal e limpeza;
- Acolhimento em Hotel;
- Ações de inclusão socioproductiva;

**2.6 Formas de acesso ao serviço e ou/programa**

A porta de entrada para o Projeto serão os CRAS e CREAS de referência dos territórios onde as famílias estão domiciliadas e as ações desenvolvidas ocorrerão em articulação com estes equipamentos de forma a garantir o acesso a serviços e programas socioassistenciais e inclusão no PAIF/PAEFI.

Em caso de demanda espontânea e encaminhamento da rede de serviços socioassistenciais, inclusive da proteção social especial, e das demais políticas públicas, as famílias deverão ser orientadas e referenciadas aos CRAS do território do domicílio para atendimento e avaliação social como condição necessária para acessar o Projeto.

**2.7 CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL ESSENCIAL AO PROJETO**

- I. Acolhida/Recepção e escuta;
- II. Estudo social;
- III. Construção de plano individual e/ou familiar de atendimento
- IV. Visita domiciliar;
- V. Orientação e encaminhamentos;
- VI. Grupos de famílias;
- VII. Acompanhamento familiar;
- VIII. Informação, comunicação e defesa de direitos;
- IX. Promoção ao acesso à documentação pessoal;
- X. Mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio;
- XI. Orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais
- XII. Acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados;
- XIII. Orientação para acesso à documentação pessoal;
- XIV. Articulação da rede de serviços socioassistenciais e de políticas públicas setoriais;
- XV. Articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;



- XVI. Mobilização para a cidadania;
- XVII. Cadastramento socioeconômico;
- XVIII. Elaboração de relatórios e/ou prontuários;
- XIX. Notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social;
- XX. Busca ativa;
- XXI. Inserção em projetos/programas de capacitação e preparação para o trabalho;
- XXII. Notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social
- XXII. Referência e contrarreferência.

**3. Plano de Aplicação dos Recursos Solicitados**

**3.1 Demonstrativo de Custos**

Custos de Investimento e/ou Custeio				
Especificação das Despesas	Serviço Pactuado	Meta Pactuada	Valor	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pagamento de profissionais diretamente ligados ao objeto da parceria:</li> <li>• 01 Assistente Social,</li> <li>• 01 Educador Social,</li> <li>• Encargos Trabalhistas e Sociais, férias e 13º salário <b>(proporcionais a vigência do Termo de Colaboração);</b></li> <li>• Verbas rescisórias e encargos referentes <b>(proporcionais a vigência do Termo de Colaboração);</b></li> <li>• Material de escritório;</li> <li>• Medicina do trabalho (saúde</li> </ul>	<p><b>PROJETO DE ATENDIMENTO AO MIGRANTE VENEZUELANO</b></p>	<p>74 pessoas venezuelanas em situação de vulnerabilidade e risco social</p>	<p><b>Mensal</b></p> <p>R\$31.181,67</p>	<p><b>06 meses</b></p> <p>R\$ 187.090,02</p>

Assinado por 4 pessoas: MARIA CLÁUDIA SIQUEIRA DUTRA, MARIA LÚCIA SALIM MIRANDA MACHADO, MEIRUANE TEODORO e PAULO CESAR DE OLIVEIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/1DD4-A212-1581-3419> e informe o código 1DD4-A212-1581-3419





<p>ocupacional)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cestas básicas</li> <li>• Material de higiene pessoal (sabonete, shampoo, condicionador, aparelho de barbear, hastes flexíveis, algodão, absorvente, fio dental, pasta de dente adulto e infantil, escova de dente adulto e infantil, desodorante, fralda geriátrica e infantil, creme para assaduras, talco infantil)</li> <li>• Material de limpeza (álcool, desinfetante, detergente, sabão em pó, sabão em barra, pano de chão, esponja, água sanitária, vassoura, pá de lixo, papel higiênico)</li> <li>• Diárias de Hotel</li> </ul>				
TOTAL	R\$ 187.090,02			

### 3.2 Capacidade Instalada

#### Recursos Humanos:

- 01 Assistente Social - Nível superior
- 01 Educador Social - Nível médio - Venezuelano

#### Espaço Físico:

Uma sala de espera, recepção, uma sala de acolhimento, uma sala para coordenação e secretaria administrativa, uma sala equipe técnica, um banheiro para uso dos trabalhadores, 2 banheiros para uso dos usuários, uma cozinha, salão para reuniões.

#### Recursos materiais e tecnológico :

Sala de espera equipada com mesa grande e 12 cadeiras; recepção equipada com mesa de escritório e armário de 3 prateleiras e 2 portas; sala de acolhimento equipada com mesa e cadeira; sala da equipe técnica com 7 mesas e 7 cadeiras, 4 arquivos, 1 armário com 2 portas, ar-condicionado, 3 murais, telefone. Sala da coordenação e secretaria administrativa é equipada com um 2 computadores, 3 mesas e 3 armários com duas portas e um quadro de avisos, ventilador. Cozinha equipada com uma pia, duas geladeiras, um forno de micro-ondas, um forno



elétrico. Sala de reunião de equipe, reunião de rede e supervisão equipada com 60 cadeiras, uma mesa e três ventiladores de teto. OBS: Adequação às normas NBR 9050/2015

**Equipe conforme Termo de Referência**

PROFISSIONAL/ FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA
Assistente Social	Nível superior	01	30 horas semanais
Educador Social	Nível médio - Venezuelano	01	40 horas semanais

**4. Cronograma de Desembolso**

Meta	Concedente					
	Outubro/ 2022	Novembro/ 2022	Dezembro/ 2022	Janeiro/ 2023	Fevereiro/ 2023	Março/ 2023
<b>Recurso Municipal</b>	31.181,67	31.181,67	31.181,67	31.181,67	31.181,67	31.181,67

**5. Declaração**

Na qualidade de representante legal do proponente declaro, para fins de prova junto à PJJ, para os efeitos e sob pena da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Estado de Minas Gerais, Município ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal que impeça a transferência de recursos de dotações consignadas nos orçamentos do Município, na forma deste Plano de Trabalho.

Venho submeter à apreciação deste Município o presente Plano tendo em vista repasse de recursos.

Pede Deferimento.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Representante Legal da Entidade/organização

**6. Aprovação**

O Plano de Trabalho apresentado pelo proponente está de acordo com o da **Lei Federal nº13019**, de 31 de julho de 2014, alterada pela **Lei 13204** de 31 de dezembro de 2015, **Resolução 109/2009 CNAS e Resolução nº 048/2021 do CMAS.**

Aprovo o presente Plano de Trabalho

**MEIRIJANE TEODORO**

Subsecretária de Vigilância e Monitoramento da Assistência Social

**VALÉRIA MARIA DE MASSARANI GONELLI**

Subsecretária de Proteção Social e Promoção Social

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Autorizo a celebração do Termo de Colaboração e/ou Fomento

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**MARIA LÚCIA SALIM MIRANDA MACHADO**

Secretária da Assistência Social

Assinado por 4 pessoas: MARIA CLÁUDIA SIQUEIRA DUTRA, MARIA LÚCIA SALIM MIRANDA MACHADO, MEIRIJANE TEODORO e PAULO CESAR DE OLIVEIRA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/1DD4-A212-1581-3419> e informe o código 1DD4-A212-1581-3419



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1DD4-A212-1581-3419

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ MARIA CLÁUDIA SIQUEIRA DUTRA (CPF 958.XXX.XXX-68) em 16/09/2022 16:37:30 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ MARIA LÚCIA SALIM MIRANDA MACHADO (CPF 509.XXX.XXX-15) em 16/09/2022 16:40:46 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ MEIRIJANE TEODORO (CPF 002.XXX.XXX-59) em 16/09/2022 16:41:28 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ PAULO CESAR DE OLIVEIRA (CPF 455.XXX.XXX-68) em 22/09/2022 15:43:05 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ PAULO CESAR DE OLIVEIRA (CPF 455.XXX.XXX-68) em 22/09/2022 15:45:06 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/1DD4-A212-1581-3419>